

HERANÇA E PALAVRA: O DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE CONTINUIDADE POLÍTICA FAMILIAR NO SERTÃO CEARENSE

HERITAGE AND SPEECH: DISCOURSE AS AN INSTRUMENT OF FAMILY
POLITICAL CONTINUITY IN THE SERTÃO CEARENSE.

Antônia Giovanna Diniz Silva¹
Universidade Federal do Tocantins

Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider²
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como elementos discursivos são mobilizados pelo prefeito Alan Macêdo para consolidar a permanência de sua família no poder político local, caracterizando estratégias de manipulação que sustentam o continuísmo desse grupo familiar. A investigação fundamenta-se na teoria do discurso político proposta por Patrick Charaudeau (2018), especialmente no que se refere às estratégias de construção da imagem do locutor e de persuasão da opinião pública. O estudo contribui para a compreensão das formas contemporâneas de perpetuação política em contextos marcados por estruturas democráticas frágeis, personalismo e hereditariedade do poder.

Palavras-chave: Manipulação; Perpetuação de poder; Estratégias discursivas.

Abstract: This article aims to analyze how discursive elements are mobilized by Mayor Alan Macêdo to consolidate his family's permanence in local political power, characterizing manipulation strategies that support the continuity of this family group. The investigation is based on the theory of political discourse proposed by Patrick Charaudeau (2018), especially with regard to strategies for constructing the speaker's image and persuading public opinion. The study contributes to the understanding of contemporary forms of political perpetuation in contexts marked by fragile democratic structures, personalism and heredity of power.

Keywords: Manipulation; Perpetuation of power; Discursive strategies.

Texto de autor convidado.

¹ Graduanda do Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: antonia.giovanna@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins. E-mail: mschneider@uft.edu.br.

Introdução

Do ponto de vista histórico, o Brasil tem sido palco da concentração de poder político nas mãos de grupos familiares que, geração após geração, mantêm sua presença nos espaços de decisão pública. Esse fenômeno, embora ressignificado ao longo do tempo, tem suas raízes ainda no período imperial e se perpetuando ainda nos dias atuais mesmo com a democracia representativa, demonstrando que o poder no Brasil muitas vezes se herda, mais do que se conquista. Logo, a perpetuação de famílias na política não ocorre apenas por meios institucionais ou econômicos, mas também por mecanismos simbólicos e discursivos que produzem sentidos e naturalizam a presença continuada de determinadas figuras no comando dos municípios.

Com a expansão dos meios de comunicação e, mais recentemente, das redes sociais, estratégias discursivas passaram a desempenhar um papel ainda mais relevante na legitimação desses grupos. Políticos aprenderam a construir imagens públicas que associam sua figura à moralidade, à tradição, ao progresso e ao pertencimento comunitário.³ No Sertão Cearense, essa prática tem sido fundamental para garantir a continuidade de famílias no poder, especialmente em municípios marcados por estruturas democráticas frágeis e forte dependência da população em relação ao poder público local.

É nesse cenário que se insere o caso da família Macêdo, em Milhã - CE, que há décadas ocupa espaços centrais na política municipal. Em especial, a figura do atual prefeito, Alan Macêdo, revela como o discurso político é mobilizado como ferramenta para fortalecer a imagem do grupo familiar e deslegitimar adversários, garantindo a permanência no poder.

Dessa forma, este trabalho busca analisar linguisticamente o discurso proferido por Alan Macêdo durante um comício em sua campanha de reeleição nas eleições de 2024. A partir da teoria do discurso político desenvolvida por Patrick Charaudeau (2018), pretende-se observar de que maneira o prefeito utiliza figuras de linguagem, construção de *ethos*, apelos emocionais e estratégias de desqualificação para sustentar um projeto de poder familiar, revelando, assim, como a palavra pode ser instrumento de dominação e continuidade política.

³ Segundo Charaudeau (2018, p. 112), “os políticos sempre tiveram necessidade de visibilidade, de imagem (devem seduzir) e de legibilidade de seu projeto político (devem ser compreendidos).”

1. Perpetuação de Poder na Política Brasileira

Analisar a trajetória política brasileira é ter convicção que ela é marcada por uma tendência à perpetuação de elites no poder. Esse processo que teve início ainda no período imperial, se reproduz, com variações estruturais e institucionais, ao longo da Primeira República, da Era Vargas, da redemocratização e do atual regime democrático representativo. Essa continuidade histórica, que atravessa diferentes regimes e conjunturas, se dá por meio de mecanismos formais e informais de reprodução do poder político por setores privilegiados da sociedade, sobretudo aqueles associados ao controle dos recursos econômicos, das redes clientelistas⁴ e dos aparatos estatais.

Ao abordar o período imperial, Leal (1975) e Oliveira (2017) demonstram como se formaram os fundamentos de um sistema político profundamente patrimonialista, no qual os espaços institucionais de poder eram ocupados por membros das elites agrárias e comerciais, sob forte influência das suas estruturas familiares. Como exemplifica Holanda (1996), a criação da Guarda Nacional em 1831, por exemplo, cujas patentes eram distribuídas com base no prestígio econômico, consolidou a figura dos coronéis, líderes locais que detinham poder político e militar em suas regiões. Assim, a concessão dessas patentes validava socialmente um poder que, na prática, já era exercido por grandes proprietários, reforçando a relação entre o público e o privado, traço este marcante da política brasileira desde suas origens.

Como apontado por Oliveira (2017), a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, trouxeram um aparente avanço democrático que se deu em forma da ampliação do sufrágio e a autonomia dos municípios. No entanto, essas mudanças acabaram por fortalecer ainda mais os chefes locais, que passaram a ter controle direto sobre os eleitores, principalmente os trabalhadores rurais, por meio da prática do voto de cabresto⁵, da formação de clientelas e do uso da força.

Leal (1975, p. 245), em “*Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*”, observa que o coronelismo consistia em “um compromisso entre o poder centralizado no presidente da República e o poder descentralizado dos

⁴ Prática de distribuição de empregos, favores e outros benefícios em troca de apoio político.

⁵ Mecanismo de acesso aos cargos públicos por meio da compra de votos com a utilização da máquina pública ou o abuso do poder econômico.

chefes políticos locais”, consolidando uma rede de troca de favores que dificultava a alternância de poder e legitimava a manipulação eleitoral. Essa estrutura política de dominação foi muito reforçada pela política de governadores⁶. Logo, segundo Leal (1975), os governadores dependiam do apoio dos coronéis em suas regiões, criando uma forma de lealdade que atravessava todo o sistema político.

A reprodução desse modelo de poder não se resumiu ao contexto da Primeira República. Mesmo com o processo de urbanização, industrialização e institucionalização de novos partidos políticos, os mecanismos informais de controle e poder permaneceram ativos. Oliveira (2017, p. 83) destaca que “a figura do coronel ficou tão bem delineada que penetrou nas veias da sociedade brasileira [...] e, hoje, ela pulsa no seio de nossa sociedade, mas sob diversos nomes e formas”. Dessa forma, evidenciando a permanência de uma cultura de mando que resiste aos avanços da política e à normatização das instituições.

Na contemporaneidade, a perpetuação de poder assume novas formas, mas se mantém funcionalmente semelhante em sua essência. Marcelo Duque (2022) em seu estudo “*Dinâmica Constitucional – a não reforma e desigualdade de chances*” contribui para essa afirmação quando aponta:

O sistema é feito para perpetuar as pessoas no poder. Aqueles que mais gastam com a divulgação dos seus mandatos, que mais empregam emendas parlamentares em suas bases eleitorais, são os que mais têm chances de serem reeleitos, eleição após eleição. Uma democracia funcional não sobrevive a um sistema político dessa natureza. (Duque, 2022, p. 2)

Assim, demonstrando que aqueles que já ocupam cargos eletivos dispõem de vantagens estruturais significativas, como o acesso privilegiado a recursos públicos, o que dificulta a entrada de novos atores no cenário político. Logo, tal cenário acaba por distorcer o princípio democrático da igualdade de chances, esvaziando a competição política de sua função renovadora e mantendo um sistema marcado pela reprodução do poder nas mãos das mesmas elites tradicionais. Esse processo é viabilizado por práticas modernizadas de clientelismo e patrimonialismo, que se adaptam às exigências formais da institucionalidade democrática sem alterar sua essência excludente. Assim, a lógica de

⁶ Estratégia desenvolvida pelo Presidente da República, Campos Sales, para garantir a estabilidade institucional através de alianças entre o Governo Federal e os Estados.

manutenção do poder compromete diretamente a funcionalidade da democracia representativa, fazendo com que o Estado brasileiro continue a operar sob um regime de privilégios que favorece a permanência no poder.

2. Estratégias Discursivas na Construção da Dominação Política

Essa permanência de determinados grupos políticos no poder, é um fenômeno que exige uma análise para além de dimensões institucionais e materiais. Embora seja de nosso conhecimento que práticas clientelistas, redes familiares e o controle de recursos públicos desempenham um papel relevante para a perpetuação das elites no poder, há uma camada simbólica e discursiva igualmente poderosa na legitimação desses grupos ao longo do tempo. Dessa forma, é nesse contexto que a teoria de Patrick Charaudeau (2016) oferece instrumentos fundamentais para a compreensão de como o discurso político atua na produção de adesão e naturalização da dominação.

Para o linguista, o discurso político tem por finalidade principal conquistar a adesão do público. Portanto, não se trata de uma prática apenas informativa ou racional, mas de um processo comunicativo orientado à persuasão, à sedução e à produção de sentido. Segundo Charaudeau (2016), o político precisa apresentar-se como uma figura na qual se possa acreditar, dotada de autoridade moral e legitimidade simbólica. Essa construção passa pela encenação pública do discurso, o que o autor denomina de *mise en scène*, uma dramatização estratégica dos acontecimentos sociais em que o político se posiciona como protagonista. Nesse processo, “o político se constrói discursivamente como salvador, herói ou mártir, ou seja, aquele capaz de resolver os problemas coletivos e proteger os interesses populares” (Charaudeau, 2016, p. 76).

A eficácia desse tipo de discurso não depende tanto da veracidade do que é dito, mas da capacidade de parecer verdade. Como afirma o autor, “não se trata de dizer a verdade, mas de parecer verdadeiro; não de ter razão, mas de parecer razoável” (Charaudeau, 2016, p. 73). Logo, essa construção discursiva está intrinsecamente relacionada à figura do *ethos*⁷ político. No Brasil, essa imagem costuma ser associada à figuração do “homem do povo”, do “trabalhador humilde” ou do “pai da comunidade”,

⁷ Segundo Patrick Charaudeau, o conceito de *ethos* refere-se a uma estratégia discursiva por meio da qual o locutor constrói uma imagem de si mesmo, mobilizando traços emocionais e simbólicos com o objetivo de conquistar a confiança e influenciar o interlocutor.

ainda que, na prática, esses políticos pertençam a grupos historicamente privilegiados e compromissados com a reprodução do poder. O *ethos* político é, portanto, cuidadosamente fabricado para gerar identificação simbólica com a população e ocultar os verdadeiros interesses em jogo.

Nesse cenário, a manipulação não se dá por meio da mentira escancarada, mas pela organização estratégica do discurso. Charaudeau (2016), observa que manipular é levar o outro a adotar um ponto vista como se fosse seu, sem que ele perceba que está sendo induzido a isso. Assim, esse tipo de manipulação discursiva se torna particularmente eficiente quando o político consegue ativar representações sociais compartilhadas, valores morais ou símbolos religiosos, nos quais em contextos de baixa escolarização, fragilidade institucional e forte influência de lideranças políticas – como ocorre em muitos municípios brasileiros – fazem com que essa manipulação simbólica assuma um papel central no processo de perpetuação do poder.

Ademais, a manipulação discursiva tende a se consolidar quando associada à chamada “captura simbólica” da opinião pública. Trata-se da apropriação do espaço de debate e da construção de sentido por parte dos grupos dominantes, que passam a controlar os repertórios discursivos disponíveis. No caso brasileiro, essa captura simbólica se realiza com frequência por meio da repetição de narrativas que vinculam determinados políticos ou famílias à própria identidade da comunidade local. Expressões como “ele sempre esteve do nosso lado” ou “essa família sempre cuidou da cidade” não são meras percepções populares, mas efeitos de um discurso cuidadosamente construído e reproduzido por anos. O uso estratégico da mídia local e de dispositivos religiosos, a personalização do poder e o apelo a valores conservadores são elementos centrais nessa operação de hegemonia simbólica. Assim, ao mesmo tempo em que se reproduz a estrutura de dominação política, bloqueia-se a emergência de alternativas e restringe-se o horizonte do possível.

Nesse sentido, os políticos que conseguem dominar o jogo discursivo tornam-se capazes de exercer poder não apenas sobre os corpos ou os votos, mas sobre as consciências. Segundo Charaudeau (2016), o espaço público, nesse modelo, deixa de ser o local do debate racional entre alternativas e passa a ser o palco de disputas simbólicas. Nesse palco, o objetivo não é apenas convencer pelo argumento, mas capturar a adesão

do outro por meio de estratégias emocionais, apelos morais e encenações cuidadosamente construídas. A política, assim, transforma-se em espetáculo contínuo de persuasão, no qual o conteúdo cede lugar à performance, e a racionalidade é deslocada pela teatralização do poder.

3. Milhã: História de uma Emancipação

Em 05 de fevereiro de 1985, no interior cearense, surge uma cidade cujo nome brota de um capim nativo, resistente e adaptado às secas do sertão. Contudo, muito há de ser percorrido pelo povo desta terra antes que de fato seja consolidada sua emancipação política-administrativa. No século XIV, este solo já abrigava uma comunidade em formação e era conhecido como sítio Conceição. Logo, anos mais tarde, em 1887, Conceição, com o crescimento de seu povoado assume à condição de vila, ainda preservando o mesmo nome, que, portanto, influencia na escolha da padroeira da futura cidade, revelando traços profundos da religiosidade local.

Por meio do Decreto n.º 1.540, de 03 de maio de 1935, Conceição passa a se chamar Milhã e é anexada como um distrito à cidade de Cachoeira, que posteriormente, em 1943, viria a se chamar Solonópole. Todavia, o desejo de emancipação política por parte dos moradores do, agora, distrito de Milhã crescia gradualmente, marcado por um sentimento de identidade local e maior autonomia administrativa, até que, em 1959 Milhã desmembra-se de Solonópole e alcança sua tão sonhada autonomia, constituída pelo distrito de Carnaubinha - também desmembrada de Solonópole. Contudo, essa independência só dura seis anos, pois em 14 de dezembro de 1965, por meio da Lei Estadual n.º 8.339, o então município é extinto e volta a ser anexado como distrito à cidade de Solonópole.

A extinção do município em 1965 acontece em um momento de profundas transformações políticas em esfera nacional, marcado pelo início da Ditadura Civil Militar no Brasil. Assim, com o golpe de 64, instala-se um regime completamente autoritário que promove uma forte centralização de poder e reestrutura toda a administração pública em diversas esferas. O período militar nos seus primeiros “dez anos de chumbo” entre 1964 e 1974, extinguiu no estado cearense 160 municípios que haviam sido criados - incluindo Milhã - sob a justificativa de contenção de gastos públicos e reorganização territorial. No entanto, é possível observar que apesar dessa narrativa, o

verdadeiro motivo por trás desses atos administrativos, estavam interesses políticos voltados ao controle das lideranças locais e à limitação da autonomia regional, enfraquecendo movimentos e subordinando-os à lógica do regime.

Esse processo de repressão institucional experimentou seu ápice com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968 que se tornou símbolo máximo do autoritarismo militar. O AI-5 permitiu o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais, suspendeu garantias constitucionais e direitos civis. Logo, na prática, Estados e Municípios foram colocados sob intervenção direta do Governo Federal, eliminando qualquer possibilidade de emancipação ou reorganização municipal, consolidando uma estrutura de poder verticalizada e excludente, que silenciava as demandas populares e concentrava a decisão nas mãos de poucos.

Os dez anos seguintes, de 1975 a 1985, foram marcados pelo agravamento da crise econômica nacional, com o aumento da inflação, da dívida interna e externa, e o declínio do “milagre econômico”. Com vistas a isso, a recessão aprofundou o descontentamento social, o que ocasionou pressões populares por maior autonomia política iniciando um processo lento e gradual de transição para a democracia, com reformas políticas e econômicas voltadas à reestruturação do país⁸. Nesse contexto, o movimento Diretas Já que mobilizou a sociedade civil em defesa da eleição direta para Presidente da República ganha força e, em 1985, com o final do regime militar, tem-se início o período de transição democrática que consuma na convocação da Assembleia Constituinte e na promulgação da Constituição Federal de 1988, que é um documento fundamental para a redemocratização brasileira.

É nesse novo cenário de abertura política e fortalecimento das instituições democráticas que Milhã conquistou novamente sua emancipação, em 5 de fevereiro de 1985, após duas décadas da perda de sua autonomia. Desta vez, o processo ocorre em conformidade com os critérios legais e constitucionais estabelecidos pela nova fase democrática do Brasil. Dessa forma, a partir desse momento, Milhã passa a integrar o

⁸ Exemplos claros dessa reestruturação é a revogação do AI-5, promulgação da Lei da Anistia, retomada do pluripartidarismo e eleições diretas para governador em 1982.

conjunto de cidades brasileiras que renascem politicamente com a Nova República, inseridas em um contexto de descentralização do poder e fortalecimento da cidadania.

4. Os Macêdos e sua Política de Continuidades

Pensando em Milhã ainda na condição de distrito pertencente ao município de Solonópole, faz-se necessário citar um nome que, a partir de 1969, ganha grande relevância e mudaria os rumos da política local: José Pinto de Macêdo, técnico agrícola da ANCAR-CE⁹. Até então ausente em Solonópole, a presença da ANCAR no distrito de Milhã se concretiza graças à articulação do então padre Elmas Feliciano, responsável por trazer a instituição para atuar em todo o território municipal, com foco especial no distrito. Logo, essa atuação institucional, voltada ao desenvolvimento rural e à elevação da renda no campo, proporcionou a José Pinto visibilidade e influência política, permitindo-lhe estabelecer vínculos com as demandas populares e iniciar sua trajetória como liderança local.

Natural de Lavras da Mangabeira, município localizado a 183 km de Milhã, José Pinto de Macêdo iniciou sua atuação política ao estabelecer-se como liderança local. Após casar-se com Roseni Pinheiro, natural do Sítio Água Boa, pertencente ao distrito de Milhã – com quem teve três filhos¹⁰ – Pinto fixa residência na região, onde passa a exercer significativa influência. Diante de sua ascensão na vida pública, Pinto é convidado por José Atualpa Pinheiro Landim para ser vice-prefeito da cidade de Solonópole, onde com expressiva votação se elegeu no dia 31 de janeiro de 1977. Dessa forma, evidenciando não apenas os anseios populares, mas também o início da consolidação de seu protagonismo no meio político.

Com o término de seu mandato como vice-prefeito de Solonópole, José Pinto de Macêdo lançou-se como candidato à prefeitura de Solonópole, sendo eleito e empossado em 31 de janeiro de 1983. Nessa época era possível notar, durante sua gestão, o seu interesse pela emancipação político-administrativa do distrito de Milhã, refletindo uma estratégia clara de perpetuação de seu poder político, buscando transformar o distrito em

⁹ Órgão que tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento da agropecuária do Ceará, apoiando os agricultores com informações, tecnologia e serviços essenciais para o aumento da produção de renda no campo.

¹⁰ Neiriane Pinheiro de Macêdo, Otacílio José Pinheiro Macêdo e Luiz Alan Pinheiro Macêdo.

um espaço sob sua influência direta. Esse planejamento, contudo, era limitado pelas situações impostas pela Ditadura Civil Militar ainda em vigor, que restringia iniciativas de reorganização administrativa autônoma, bem como a criação de novos municípios, assunto já abordado anteriormente.

Com a efetivação da emancipação política de Milhã, instaurou-se um período de transição até a realização das primeiras eleições municipais. Durante essa fase, José Pinto manteve-se como figura central do poder local, exercendo simultaneamente o cargo de prefeito de Solonópole e a administração provisória de Milhã. Essa duplicidade de funções evidencia sua habilidade em articular politicamente e sua intenção de assegurar o controle sobre o novo município. A concentração de poder nesse intervalo reforça a lógica de perpetuação de sua influência, característica marcante de sua trajetória política. Somente em 1º de janeiro de 1986, com a realização de eleições, o povo de Milhã pôde escolher seu primeiro gestor: Josimar Rodrigues da Silva.

Sabendo que o mandato de Josimar Rodrigues se encerraria em 31 de dezembro de 1988 e que novas eleições seriam realizadas, José Pinto de Macêdo, cujo mandato como prefeito de Solonópole também expiraria no mesmo período, decide renunciar ao cargo. A renúncia tem como objetivo viabilizar sua candidatura à prefeitura de Milhã, deixando seu vice, José Maciel Diniz, à frente da gestão de Solonópole até as próximas eleições. Essa movimentação estratégica reflete um contexto político no qual, na época, a reeleição não era permitida, e o risco de perder o cargo era iminente. Com a certeza da vitória em Milhã, Pinto opta por garantir sua permanência no poder, utilizando a renúncia como uma manobra para alicerçar sua liderança em um novo município, onde sua glória já estava consolidada.

Assim, em 01 de janeiro de 1989, José Pinto de Macêdo assume a prefeitura de Milhã como o segundo prefeito eleito do município. Sua chegada ao poder representa um ponto de inflexão na política, marcada pelo crescimento da caracterização de poder e pela construção de uma base de apoio sustentada em relações clientelistas. Durante sua gestão, Pinto se destacou pela oferta de favores, prática que reforçava sua imagem de líder acessível e generoso. Além disso, a população milhaense associa a figura de Pinto diretamente ao processo de emancipação do município. Mesmo sem ter exercido cargo formal na época da redemocratização, é amplamente difundido entre os moradores o sentimento de que ele foi o grande responsável por “construir Milhã”, tanto no sentido

físico quanto simbólico. Essa percepção popular contribuiu para fortalecer sua autoridade política e justificar sua presença contínua na cena pública.

Ao finalizar seu mandato em 1992 e não podendo se reeleger¹¹, Pinto permaneceu nos bastidores da política, aguardando uma nova oportunidade de retornar ao cargo. Essa chance veio em 1996, no entanto, sua tentativa de retorno foi frustrada. José Pinto foi derrotado nas urnas, revelando uma significativa perda de influência política, em uma derrota que refletiu o desgaste de sua imagem, antes fortalecida pelo vínculo simbólico com a emancipação do município, mas agora enfraquecida pela ausência de ações concretas voltadas ao desenvolvimento estrutural de Milhã. Logo, sua gestão, marcada sobretudo pela troca de favores, já não atendia mais às expectativas de uma parcela crescente do eleitorado, que começava a demandar políticas públicas mais efetivas e duradouras.

Com o declínio de sua atuação direta e pensando em novas formas de inserir sua família no poder, José Pinto de Macêdo prepara o terreno para a ascensão política de seu filho mais velho, Otacílio Macêdo. Após concluir os estudos, Otacílio segue os passos do pai e, em 2004, se candidata ao cargo de vereador, sendo o mais votado do município — feito que se repetiu nas eleições de 2008. Com o nome da família ainda fortemente associado à história de Milhã, Otacílio se lança candidato a prefeito em 2012 e vence a eleição, fazendo a família Macêdo retomar formalmente o controle político do município. Contudo, também com uma gestão marcada por promessas não cumpridas e expectativas frustradas por parte da população, tem-se o comprometimento de sua imagem refletido nas eleições de 2016, quando ao buscar a reeleição é derrotado nas urnas, provocando mais uma vez a saída da família do comando político da cidade, mas, dessa vez, não por muito tempo.

Nas eleições municipais de 2020, a família Macêdo retorna ao cenário político de Milhã com a candidatura de Alan Macêdo, o filho mais novo de José Pinto. Com uma imagem renovada e um discurso mais alinhado aos tempos atuais, Alan representa uma tentativa clara de reposicionamento da família diante de um novo perfil de eleitorado. Diferente do pai e do irmão, que basearam suas gestões sobretudo na troca direta de favores e no contato físico com a população, Alan incorpora novas estratégias de

¹¹ A legislação da época não permitia a reeleição consecutiva para cargos do Executivo.

comunicação política, utilizando intensamente as redes sociais para construir sua imagem e estabelecer uma conexão constante com os cidadãos, não apenas para divulgar obras e ações administrativas, mas também para reforçar sua presença simbólica no cotidiano dos eleitores.

Além do protagonismo que exerce na política doméstica, Alan Macêdo também ocupa atualmente a presidência do CODESSUL¹², onde ao desempenhar essa função amplia significativamente sua projeção política o que lhe confere não apenas visibilidade regional, mas também prestígio entre lideranças de diferentes municípios cearenses. Ao assumir um papel de articulação entre prefeitos e gestores da região, Alan fortalece sua imagem de líder influente, comprometido com políticas de desenvolvimento regional. Onde, essa posição estratégica reforça sua capacidade de interlocução junto a esferas superiores do poder público e amplia seu capital político. Assim, ele consolida não apenas sua liderança local, mas também sua relevância no contexto intermunicipal do Ceará, ampliando seu raio de influência e tornando-se uma figura de destaque na política do interior do estado.

Todavia, ao mesmo tempo em que adota uma linguagem moderna, Alan preserva práticas já conhecidas na história política da família, como o uso da máquina pública para empregar aliados e oferecer benefícios pontuais à população, reproduzindo um modelo clientelista atualizado. A retórica do “desenvolvimento” aparece como marca central de sua gestão, embora, muitas vezes, esteja associada mais à visibilidade de ações do que à transformação estrutural do município. Assim, Alan consegue restaurar a popularidade da família Macêdo, consolidando um novo ciclo de poder que, apesar do discurso de renovação, mantém os mesmos alicerces simbólicos e práticos que sustentaram o grupo familiar ao longo dos últimos vinte anos no controle político da cidade.

Atualmente em seu segundo mandato consecutivo, o prefeito Alan Macêdo segue à frente da administração municipal de Milhã que, segundo o último Censo do IBGE (2022), tem uma população de 14.123 habitantes, com uma base econômica fortemente sustentada pela agricultura familiar, pequenas atividades comerciais e a criação de

¹² O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região do Sertão Central Sul tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Região Central Sul do Ceará, buscando fomentar o crescimento regional, a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento dos setores produtivos entre os municípios consorciados.

animais, destacando-se especialmente na pecuária leiteira. Reconhecida pela Lei Estadual nº 17.660, como a terra do leite no Ceará, Milhã já figurou em primeiro lugar como a maior bacia leiteira do Estado, título que lhe confere certo prestígio no cenário agropecuário estadual e influencia diretamente o discurso político local, frequentemente centrado na ideia de progresso rural e fortalecimento do setor produtivo.

5. O Poder da Palavra

Segundo Charaudeau (2018), os atos de linguagem no discurso político não somente transmitem informações, mas também exercem função performativa essencial à própria prática política. Logo, a linguagem constitui a política, pois é por meio dela que se organiza a ação, se orienta o pensamento e se dá sentido às relações de poder. Nesse sentido, o discurso político não é apenas um simples reflexo da realidade, mas um instrumento de construção simbólica que visa influenciar, persuadir e mobilizar o público. Para o autor, todo discurso se desenvolve no cruzamento entre o campo de ação (onde atuam as forças sociais) e um campo de enunciação (onde se encenam os modos de dizer). É justamente nesse espaço que se estabelecem os contratos de comunicação entre políticos e cidadãos, por meio de atos de linguagem que configuram identidades, constroem alianças e desqualificam adversários.

Partindo dessa perspectiva, a análise a seguir examina trechos da fala do prefeito de Milhã, Alan Macêdo, proferida durante um comício eleitoral em sua campanha de reeleição nas eleições municipais de 2024. O objetivo é investigar como os elementos discursivos mobilizados pelo orador são estrategicamente utilizados para reforçar a permanência de determinadas famílias no poder local, revelando práticas de manipulação simbólica que sustentam um continuísmo político familiar.

No seu discurso, Alan Macêdo diz:

Mas esse é um Macêdo falsificado, que não faz nada por ninguém! **Me digam: o que foi que esse 'vereador rotatória' fez pelo município de Milhã?** Digam só uma obra – eu quero saber uma única obra que esse Macêdo falsificado tenha feito por Milhã. **Agora, vejam o que José Pinto de Macêdo fez por esta terra: muito trabalho! Vejam o que meu irmão, Otacílio Macêdo, fez pelo município. E vocês, que não conheciam Alan Macêdo, hoje estão conhecendo. Mas, infelizmente, existe esse Macêdo falsificado, que tenta atrapalhar a política de Milhã, dizendo que**

trabalha pelo povo. E eu repito a pergunta: quero que me digam uma única obra que esse Macêdo falsificado tenha feito por Milhã (Macêdo, 2024 [grifos da autora]¹³).

A princípio, ao declarar que o primo e vereador de oposição “É um Macêdo falsificado que não faz nada por ninguém”, torna-se evidente a articulação de Alan Macêdo em torno da desqualificação do adversário, na qual o mesmo deslegitima o outro não apenas como político, mas também como membro da linhagem familiar que ele próprio reivindica. Tal fala se insere no que Charaudeau (2018) chama de encenação discursiva dramatizada, onde o político busca produzir efeitos simbólicos no público a partir da oposição entre o bem e o mal, entre o verdadeiro e falso. Logo, o adversário é construído como a origem de um “mal político”, sendo rotulado pejorativamente como “Macêdo falsificado” e “vereador rotatória”. Evidenciando expressões carregadas de ironia e desprezo que revelam um esforço sistemático de retirar legitimidade simbólica de quem disputa o mesmo espaço de poder.

Em seguida, Macêdo recorre a uma comparação direta com figuras familiares legitimadas assim, contrastando entre o “falsificado” e os “verdadeiros Macêdos”, como seu pai¹⁴ e seu irmão¹⁵. Aqui, trata-se de uma construção estratégica do próprio *ethos*, ancorado em um discurso de tradição e continuidade como aponta Charaudeau (2018). Portanto, ao associar a nomes com “muito trabalho” prestado à cidade, o orador constrói a imagem de um herdeiro legítimo de um legado político e moral. O recurso à autoridade familiar busca não apenas reforçar sua credibilidade, mas também inscrever-se em uma narrativa de “missão continuada”, na qual ele surge como elo entre passado virtuoso e futuro promissor. Esse tipo de construção remete ao que Charaudeau (2018) chama de “encarnação do ideal coletivo”, em que o político se apresenta como mediador entre a história local e o bem comum.

Ademais, a dramatização do discurso se intensifica pela repetição insistente da pergunta: “Quero que me digam uma única obra que esse Macêdo falsificado tenha feito por Milhã”. Essa estratégia evidencia o uso do *pathos*¹⁶ que, conforme Charaudeau (2018), o discurso político se apoia muitas vezes mais na emoção do que na razão, pois

¹³ O excerto foi extraído de um material audiovisual com duração aproximada de 1 minuto e foi transcrito integralmente pela autora do texto como parte essencial do corpus da pesquisa.

¹⁴ José Pinto de Macêdo.

¹⁵ Otacílio José Pinheiro Macêdo.

¹⁶ Segundo Patrick Charaudeau, *pathos* refere-se ao apelo às emoções do público, tornando-se um componente efetivo de persuasão do público.

busca suscitar uma reação imediata do auditório. A insistência dramática não objetiva o esclarecimento, mas a criação de uma atmosfera de julgamento simbólico, na qual o silêncio do oponente é interpretado como confissão de culpa. Esse tipo de encenação, que remete à figura do herói desafiando o vilão perante o povo, transforma a fala em espetáculo retórico. O adversário, por sua vez, é reduzido a um antagonista sem voz nem obra, enquanto o orador se eleva como fiscal da verdade e da história local.

Um outro elemento que se faz essencial da fala é a construção implícita de uma identidade coletiva, que opõe um “nós legítimo”¹⁷ a um “eles ilegítimo”, no que se insere o vereador adversário. No trecho “E vocês, que não conheciam Alan Macêdo, hoje estão conhecendo” revela essa tentativa de aproximação simbólica com o público, ao passo que reforça a exclusão do oponente. Charaudeau (2018) destaca que o discurso político mobiliza uma pluralidade de vozes: o “eu” do orador, o “nós” do coletivo ideal e o “tu” do público visado. Ao dizer “vocês”, Alan Macêdo interroga os cidadãos e os convida à adesão, fazendo-se voz de um grupo social, ao mesmo tempo em que constrói o outro como intruso. Trata-se, dessa forma, de uma estratégia clara da lógica populista, que simplifica os antagonismos e posiciona o político como único capaz de interpretar os sentimentos e os interesses do povo e, dessa maneira, fortalece o seu *ethos*.

Por fim, ao cobrar do adversário a apresentação de alguma obra concreta feita em benefício da cidade, Macêdo apresenta uma argumentação que mistura ética e praticidade. Essa cobrança tenta construir um pensamento de que um político só tem legitimidade se mostrar resultados reais. Charaudeau (2018) explica que, nesse tipo de raciocínio, o político orienta seu discurso para o “princípio de ação” ou para a “responsabilidade pelos fins”. Ao desafiar o outro a mostrar o que fez de útil, Alan Macêdo apela para uma ideia de que um bom político é aquele que realiza algo de fato. Dessa forma, pedir provas concretas serve como uma forma de convencer tanto pela razão quanto pela emoção, pois evidencia o que está faltando e desperta no público um sentimento de revolta pela ausência de realizações. Assim, ao destacar a importância de mostrar resultados, Alan Macêdo fortalece sua imagem de gestor eficiente e comprometido. Com isso, se coloca como uma opção melhor, do ponto de vista moral, em comparação ao seu adversário, que “apenas finge que trabalha”.

¹⁷ Formado pelos verdadeiros representantes do povo de Milhã.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar a força simbólica e performativa da linguagem no discurso político, tendo como base a fala do prefeito Alan Macêdo durante um comício de sua campanha de reeleição nas eleições municipais de 2024, no município de Milhã - CE. Logo, a partir proposto por Patrick Charaudeau (2018), foi possível compreender que o discurso político não é uma simples transmissão de informações, mas uma prática estratégica de produção de sentidos voltada à persuasão, à legitimação simbólica e à construção de vínculos afetivos entre o orador e o seu público. Nesse sentido, a linguagem se constitui como ferramenta fundamental da ação política, pois é por meio dela que se organizam narrativas de pertencimento, se fabricam identidades coletivas e se naturalizam estruturas de dominação.

A análise revelou que, ao utilizar expressões como “Macêdo falsificado” e “vereador rotatória”, Alan Macêdo mobiliza uma retórica voltada à desqualificação do adversário, negando-lhe não apenas legitimidade política, mas também pertencimento à linhagem familiar da qual o próprio orador se apropria. Essa estratégia é sustentada pela encenação de um *ethos* familiar legitimado, em que a figura do pai e do irmão são evocados como referências de trabalho e compromisso com a cidade, construindo uma narrativa de continuidade moral e política.

Ao apresentar-se como sucessor de um legado e ao mesmo tempo denunciar a suposta ineficácia do oponente, Alan Macêdo constrói um discurso que associa moralidade, eficiência na sua administração e pertencimento simbólico à sua figura. Tal operação discursiva reforça a lógica de perpetuação familiar no poder, ao mesmo tempo em que limita o surgimento de alternativas viáveis, capturando o imaginário coletivo em torno da ideia de que certos grupos ou famílias naturalmente têm vocação para governar. Essa construção, longe de ser casual, está enraizada em uma cultura política brasileira marcada historicamente pelo patrimonialismo, pelo clientelismo e pela personalização do poder, na qual os vínculos afetivos e simbólicos importam tanto quanto as realizações concretas.

Dessa forma, o estudo confirma que a linguagem não apenas acompanha a prática política, mas é constitutiva dela. A palavra, nesse contexto, é força: força que convence, que mascara, que seduz, que organiza a memória coletiva e direciona a ação pública. Com

isso, compreende-se que a análise discursiva é uma ferramenta essencial para desvendar os mecanismos simbólicos que sustentam a permanência de determinadas elites no poder, especialmente em contextos locais marcados por relações clientelistas e baixa alternância política.

Referências

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 93, p. 9–21, jul. 2012.

BRANCHES, S. H. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Dados: Revista de Ciências Sociais, 1988. v. 31, n. 1.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, B. M.; VELOSO, R. de M. Democracia: a perpetuação da influência no poder político e os impactos do continuísmo na qualidade do estado democrático. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 01–19, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n3-155.

DUQUE, M. S. A não reforma e a desigualdade de chances. *Migalhas*, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/dinamica-constitucional/367321/a-nao-reforma-e-a-desigualdade-de-chances>. Acesso em: 14 maio. 2025.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Milhã - CE: Histórico*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/milha/historico>. Acesso em: 9 maio. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Milhã - CE: panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/milha/panorama>. Acesso em: 30 maio. 2025.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MALFATTI, S. A. *A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, s.d.

MILHÃ - DO ALGODÃO PARA O LEITE. Direção: Carlos Lopes. Produção de DM produções. Milhã: Portal DM, 2020. YouTube (32min 22s).

OLIVEIRA, J. F. de. Origens, desenvolvimento e aspectos do coronelismo. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 74-84, jan./jun. 2017. DOI: 10.29373/semaspas.v19n1.2017.10249.

PONTES, L. M. V. de. *Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, 2010. 92 p. ISBN 978-85-98664-12-5.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

UM CERTO AMIGO. Direção: Roberto Melo. Produção de JR7 Produções. Milhã: JR7 Produções, 2022. YouTube (1h 03min 27s).

XAVIER, G. K. R. da S. *Charaudeau na sala de aula: argumentação e publicidade nas séries iniciais*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2011.